

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Eleições Autárquicas 2013/Orçamento de Estado 2014

Berto Messias – Líder Parlamentar

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Partido Socialista Açores teve uma vitória histórica nas últimas eleições autárquicas.

O PS Açores ganhou as eleições em treze dos dezanove Municípios açorianos. Este resultado, para além de significar que a maioria dos votantes está ao lado dos projetos autárquicos socialistas, representa ainda uma responsabilidade acrescida.

Embora os resultados das eleições não possam ser extrapolados para uma lógica regional, a verdade é que o PS reforçou a sua implementação no poder local açoriano. Ou seja, os açorianos reconhecem, cada vez mais, o Partido Socialista como o melhor intérprete da sociedade e o seu interlocutor político privilegiado, nos vários níveis de poder. Esta circunstância significa, igualmente, o

reconhecimento da abertura à participação promovida e estimulada pelo PS. No conjunto dos dezanove concelhos, foram mais de 4.300 os cidadãos, na sua maioria independentes, que aceitaram dar o seu contributo ao projeto autárquico socialista.

Apesar do carácter local destas eleições, os resultados eleitorais permitem-nos referir algumas questões transversais a todo o território regional:

Em primeiro lugar, a rejeição de uma forma de estar e de ser na política assente na maledicência e na crítica destrutiva. Uma circunstância, aliás, que já havia acontecido nas eleições regionais de há um ano. Quer isto significar que a maioria dos eleitores não alinha em projetos políticos que se limitam a tentar capitalizar descontentamentos circunstanciais nem premeia uma lógica de fazer política que parece transformar os partidos numa espécie de claques de futebol. A política não é uma guerra. Em política não vale tudo;

Em segundo lugar, o facto de alguns candidatos que nunca fizeram outra coisa senão desempenhar cargos políticos ou que têm grandes responsabilidades partidárias, passarem a campanha a renegar os partidos, a renegar a política e os políticos, nalguns

casos com posturas que fazem lembrar o Melhoral, que nem faz bem, nem faz mal. Consta que é uma nova forma de fazer política, aliás supostamente testada pela liderança do PSD Açores.

Não temos dúvidas que esses terão de descer à terra rapidamente.

A realidade encarregar-se-á de acabar com a dissimulação;

Em terceiro lugar, a luta contra a abstenção não pode ser um ato de contrição pós-eleitoral. Os votos nulos, brancos e a taxa de abstenção exigem reflexão e respostas. Esta questão não se resolve por decreto. Exige mais de todos, sem exceção, num trabalho que deve ser desenvolvido todos os dias e que não pode estar circunscrito aos períodos pré e pós eleitorais;

Em quarto lugar, outra matéria de grande relevância. Alguns partidos à direita têm apoiado a sua forma de fazer política numa estratégia de promoção de bairrismos e no aproveitamento de descontentamentos locais, no que se pode considerar uma postura divisionista de pôr açorianos contra açorianos. Essas teorias já tinham sido desmentidas em parte nas últimas eleições regionais e foram agora mais uma vez recusadas pelos Açorianos.

Ou seja, analisando os 12 Concelhos dos Grupos Ocidental e Central, o Partido Socialista venceu em 9 Municípios, o PSD em 1,

o PP em 1 e um Grupo de Independentes em 1. Ou ainda, se quisermos analisar os 9 Concelhos do Grupo Central, o PS vence em 6, o PSD em 1, o CDS-PP em 1 e um Grupo de Independentes em 1.

Estes resultados são, também, o reconhecimento por parte dos eleitores de que o Partido Socialista, apesar dos constrangimentos e das contrariedades inerentes a um arquipélago com as nossas características, tem desenvolvido um projeto de desenvolvimento equilibrado que todos os dias se esforça para levar investimento público a todas as ilhas.

Apesar da clara vitória do PS Açores, não há tempo para autocontemplações ou grandes regozijos.

Os desafios do futuro são enormes. O combate à crise é prioritário. A cooperação e a convergência entre os Municípios e o Governo dos Açores são fundamentais para o sucesso nesse combate.

Os resultados das últimas eleições autárquicas nos Açores são inequívocos e não permitem, por mais que alguns queiram, leituras enviesadas ou habilidades discursivas com o objetivo de disfarçar o indisfarçável.

O PS, como sempre, respeita escrupulosamente a vontade

manifestada nas urnas pelos açorianos nos dezanove concelhos dos Açores.

Uma coisa não fazemos. Não fazemos exercícios de mau gosto político nem inventamos critérios de implementação territorial para justificar maus resultados.

Os critérios que definimos antes das eleições continuam válidos depois do ato eleitoral. Não nos adaptamos aos resultados, mudando os critérios previamente definidos. Na política, a coragem, a frontalidade e o respeito pela vontade do povo devem ser princípios intocáveis.

Há quem não se iniba de recorrer a uma contabilidade criativa. Há quem não tenha problemas em moldar os critérios consoante os resultados. São, afinal, os mesmos que afirmando-se paladinos de uma nova forma de fazer política, não resistem à tentação de recorrer a fórmulas estatísticas como se os eleitores açorianos fossem números numa qualquer equação matemática.

Que estranho conceito de democracia este, em que se julga que as regras democráticas só se aplicam aos outros.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Falar em eleições autárquicas, obriga-nos a referir que o poder local enfrenta hoje um poder político central que, manifestando total incapacidade para proceder à necessária Reforma do Estado, vê nas autarquias locais um problema e não um parceiro nas soluções de que o País necessita. O preconceito centralizador do Governo da República em relação a um poder local democrático forte constitui um óbice na ação dos municípios que, frequentemente, são encarados com desconfiança pelos atuais responsáveis pela governação do nosso País.

Aliás, a visão deste Governo sobre o Poder Local é coerente com as políticas de empobrecimento que este Governo da República do PSD e do CDS-PP tem desenvolvido em Portugal.

Esta semana os portugueses foram confrontados com a apresentação de um Orçamento de Estado que, na prática, corresponde a uma declaração de guerra aos cidadãos.

Entende o atual Governo da República que no cortar é que está o ganho. No empobrecimento generalizado é que está a cura para todos os males.

Depois de uma suposta nova energia com o CDS-PP reforçado dentro da coligação e com as alegadas preocupações do crescimento e da competitividade reivindicadas pelo Ministro Pires de Lima e pelo Primeiro-Ministro sombra Paulo Portas, o Orçamento de Estado para 2014 desfaz o mito do início de um novo ciclo da governação.

Afinal, os Democratas-cristãos, contestatários do “cisma grisalho” e arautos do crescimento não são mais do que simples cúmplices da agenda neoliberal do PSD.

Afinal, tudo mudou para que tudo fique na mesma.

E a postura do CDS-PP de fazer de contas que não tem responsabilidades na governação continua.

Recentemente, num lamentável exercício de ilusionismo político, o líder do CDS/PP afirmou que o Orçamento de Estado para 2014 não continha novas medidas de austeridade. Paulo Portas chegou ao cúmulo de dizer que o País estava a entrar num novo ciclo. Disse ainda que apenas estavam em causa “pequenas e médias poupanças.”

Confrontados com a realidade ficamos todos a saber que para o CDS/PP, as pequenas e médias poupanças correspondem a

qualquer coisa como 3,9 mil milhões de euros de medidas de austeridade.

Ficamos a saber que, por exemplo, o Governo da República do PSD e do CDS/PP corta em 67 milhões de euros a transferência financeira para a Região Autónoma dos Açores.

Ficamos todos a saber que o PSD e o CDS/PP querem transformar a Segurança Social de um modelo assente numa lógica contributiva para um modelo assistencialista.

Ficamos todos a saber que os municípios portugueses irão receber menos 70 milhões de euros em 2014.

Ficamos todos a saber que o novo ciclo anunciado pelo Vice Primeiro-Ministro traz mais cortes de rendimentos aos funcionários públicos.

Ficamos todos a saber que este novo ciclo de “pequenas e médias poupanças” continua assente numa equação que soma um aumento brutal de impostos a um colossal corte nos apoios sociais.

Ficamos a saber da enorme indignidade e irresponsabilidade da medida que corta pensões retroativamente.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Perante esta ofensiva que comprova, mais uma vez, que o caminho seguido traduz-se numa convergência em direção à pobreza, ganha cada vez mais força e evidência a indispensável necessidade de, na nossa Região, tudo fazermos, dentro das nossas competências, para afirmar um caminho alternativo. Uma via açoriana que, no limite dos nossos recursos e disponibilidades, proteja as famílias e apoie as empresas.

Temos, por isso de, nos Açores, desenvolver uma agenda compensatória que amenize o impacto desta austeridade cega do Governo do PSD e do CDS-PP nas famílias açorianas.

Aliás, a este propósito, não deixa de causar enorme perplexidade as recentes declarações do líder do CDS/PP Açores quando reclama que o Governo dos Açores alargue a compensação remuneratória aos trabalhadores da administração pública regional com vencimentos acima dos 600 euros.

Faz lembrar aquela velha história do ladrão que depois de apanhado em flagrante a assaltar uma casa tenta responsabilizar e

culpar o proprietário por este ter deixado a porta aberta. Já estamos habituados a esta forma de fazer política do CDS/PP que, lá como cá, faz sempre o possível para passar por entre os pingos da chuva.

Não há hoje quaisquer dúvidas que existem grandes e inultrapassáveis diferenças entre um governo do PS e um governo do PSD e do CDS/PP.

Os açorianos sabem e reconhecem-no.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

De nada vale a defesa estafada e falaciosa que o PSD e o CDS/PP Açores fazem do Governo da República, enquanto embaixadores de Passos Coelho e de Paulo Portas na Região. A realidade e a própria ação do vosso Governo da República encarregam-se de os desmentir diariamente.

Depois desta declaração política certamente terão a análise simplista e básica de que a situação do País é culpa do PS e de José Sócrates e que são uns grandes defensores dos Açores.

Ora, no primeiro caso, não estando o PS isento de erros, longe disso, já todos perceberam que o País está hoje muito pior do que estava há dois anos devido aos erros, à impreparação e à agenda neoliberal do atual Governo da República.

Quanto à segunda, já percebemos que a suposta determinação da defesa dos Açores, não passa de conversa de circunstância para disfarçar a incapacidade total de influenciar os partidos nacionais a favor dos Açores.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Quanto a nós continuaremos ao lado dos açorianos, e esperamos que todos se possam juntar a nós no combate contra as adversidades.

É que nenhum Governo ou Partido pode dizer que faz tudo bem, nenhum Governo ou Partido pode dizer que resolve todos os problemas, mas qualquer Governo e qualquer partido tem a obrigação de fazer tudo o que está ao seu alcance para apoiar e

defender as famílias e promover mais e melhor desenvolvimento económico e social. É isso que continuaremos a fazer.

Disse

Berto Messias – Presidente do Grupo Parlamentar do PS Açores
Horta, Sala das Sessões, 16 de Outubro de 2013.

Horta, 16 de Outubro 2013